

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEFIS**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA**

**PROJETOS SOCIAIS E ESPORTE:**  
**SIGNIFICADOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**RECIFE/PE**

**2019**

**ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA**

**PROJETOS SOCIAIS E ESPORTE:  
SIGNIFICADOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito para concessão do título de Licenciado em Educação Física, orientado pela Prof.<sup>a</sup>Dra. Andréa Carla de Paiva.

**RECIFE/PE**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586p Silva, André Luís Rodrigues da  
Projetos sociais e esporte: significados da prática pedagógica de Educação Física / André Luís Rodrigues da Silva. - 2019.  
60 f. : il.

Orientadora: Andréa Carla de Paiva.  
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, 2019.

1. Educação Física. 2. Projetos sociais. 3. Esporte. I. Paiva, Andréa Carla de, orient. II. Título

CDD 613.7

---

**ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA**

**PROJETOS SOCIAIS E ESPORTE:  
SIGNIFICADOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito para concessão do título de Licenciado em Educação Física, orientado pela Prof.<sup>a</sup>Dra. Andréa Carla de Paiva.

Aprovado em 10 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Andréa Carla de Paiva  
Orientadora

---

Prof.<sup>o</sup> Ms. Eduardo Jorge Souza da Silva  
Examinador I

---

Prof.<sup>o</sup> Dra. Fabiana Cristina da Silva  
Examinador II

**RECIFE/PE**

**2019**

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigado meu Deus, expresso aqui minha gratidão por tudo o que tens feito em minha vida!

Agradeço aos meus pais (Sr<sup>o</sup> Antônio Izidio da Silva e a Sr<sup>a</sup> Laudiceia Rodrigues da Silva), aqueles que com seu Amor incondicional sempre lutaram pela educação dos filhos, ainda que eles não tenham tido as mesmas oportunidades que eu, em acessar esse espaço de privilégio, reconheço que com eles tenho uma dívida impagável. Essa vitória de concluir uma graduação, sem dúvidas eles são os grandes responsáveis.

Sou grato a minha esposa (Suelen) e ao meu filho (Adrian), por todos os dias me lembrar que tudo que passamos foi de extrema importância para chegarmos até aqui, por todas as dificuldades. Eles são a inspiração de tudo quanto tenho lutado, dia após dia e que faz valer todo o sacrifício.

Agradeço também aos meus irmãos (Ana Paula, Paulo Henrique, Adriano, Anderson), que mesmo sem perceber estavam ajudando nesse processo, a eles desejo sempre o melhor de Deus.

Aos amigos que ao longo desses quatro anos e meio dividiram momentos importantes que passei na Universidade. (Elizon Miguel, Daniel Williams, Deywison Xavier, Ednaldo Luiz, Marcelo Oliveira, Kelina Lage, Leila Anunciada, Lizandra Barbosa, Nadson Andrade), viver a graduação com vocês foi uma honra.

Aos professores desta instituição que contribuíram de forma singular nesse processo, em especial a professora Dr<sup>a</sup>. Andréa Carla de Paiva minha orientadora, que aceitou o desafio de desenvolver essa Monografia, e que com os seus ensinamentos irão guiar meus caminhos para além da sala de aula, onde mostrou através de exemplos que é possível lutar para construir uma educação de qualidade.

Jesus, porém, olhando para eles, disse: Para os homens é impossível, mas não para Deus, porque para Deus todas as coisas são possíveis.

Marcos 10:27

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar as contribuições que o esporte apresenta no contexto da formação de crianças e adolescentes inseridos no projeto social 'ADEF-Associação desportiva esperança no futuro', identificando o esporte enquanto fenômeno cultural e como direito social. De acordo com Thomassim (2010) os projetos sociais esportivos têm sido analisados a partir de duas perspectivas: *apologista* e *crítica*. A perspectiva *apologista* entende que os mesmos seriam capazes de proporcionar benefícios sociais tais como integração social, educação, combate à violência e à criminalidade, disciplinamento, prevenção do uso de drogas, promoção da saúde e construção de um futuro melhor. Já a perspectiva *crítica* enfatiza possíveis aspectos negativos destes projetos. Ela critica uma suposta transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Critica também a falta de capacidade dos mesmos para promoverem uma integração social efetiva, a ênfase destes projetos em promoverem uma racionalidade competitiva e não colaborativa e a tentativa de despolitizarem o acesso a direitos sociais. Nesse sentido, utilizamos a pesquisa do tipo qualitativa como referência, entrevistando o professor do projeto (ADEF), projeto social do bairro de Santo Amaro, Recife-PE, que atende crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Desse modo, buscando ampliar a visão para além das aparências do fenômeno, reconhecemos que o esporte, no contexto de projetos sociais, possui grande possibilidade de contribuir na formação educacional de crianças e adolescentes, desde que a intencionalidade do projeto e de quem desenvolve as aulas, seja de modo a buscar transformar a realidade por meio de sentidos e significados para os alunos do projeto, na busca de ampliar as oportunidades.

**Palavras-chave:** Educação Física, Projetos sociais, Esporte.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the contributions that sport presents in the context of the formation of children and adolescents inserted in the social project 'ADEF-Sports Association hope in the future', identifying sport as a cultural phenomenon and as a social right. According to Thomassim (2010) sports social projects have been analyzed from two perspectives: apologist and critic. The apologist perspective understands that they would be able to provide social benefits such as social integration, education, fighting violence and crime, disciplining, preventing drug use, promoting health and building a better future. The critical perspective emphasizes possible negative aspects of these projects. She criticizes a supposed transfer of responsibilities from the state to civil society. It also criticizes their lack of capacity to promote effective social integration, the emphasis of these projects on promoting competitive and non-collaborative rationality and their attempt to depoliticize access to social rights. In this sense, we used the qualitative research as a reference, interviewing the project teacher (ADEF), social project of the Santo Amaro neighborhood, Recife-PE, which serves socially vulnerable children and adolescents. Thus, seeking to broaden the vision beyond the appearances of the phenomenon, we recognize that sport, in the context of social projects, has a great possibility of contributing to the educational formation of children and adolescents, since the intentionality of the project and those who develop the classes. , whether in a way that seeks to transform reality through meanings and meanings for project students, seeking to expand opportunities.

**Keywords:** Physical Education, Social Projects, Sport.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

ADEF-Associação desportiva esperança no futuro

CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COI - Comitê Olímpico Internacional

CIEPS - Conseil Internationale d'Education Physique et Sport

EC - Esporte Contemporâneo

EPT - Esporte para Todos

ESEF - Escola Superior de Educação Física

ONG - Organização não Governamental

MED - Ministério da Educação e do Desporto

ME - Ministério do Esporte

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PRP - Programa Residência Pedagógica

RPA - Região Político Administrativa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. ESPORTE EM PROJETOS SOCIAIS: COMPREENSÃO DO FENÔMENO ENQUANTO DIREITO SOCIAL</b> .....	15
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ESPORTE .....	15
1.2 ESPORTE: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988 .....	23
1.3 AVANÇOS DO ESPORTE POR MEIO DA LEI Nº 8.672/93: “LEI ZICO” .....	24
1.4 LEI Nº 9.615/ 98: “LEI PELÉ”, E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DIAS ATUAIS. ....	27
1.5 DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO POR MEIO DO ESPORTE EM PROJETOS SOCIAIS. ....	31
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	36
2.1 O CAMPO .....	37
2.2 O SUJEITO DA PESQUISA .....	38
2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA .....	38
2.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	38
<b>3. ANÁLISES E DISCUSSÕES</b> .....	40
3.1 SOBRE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR DA ADEF .....	40
3.2 SOBRE O PROJETO SOCIAL .....	42
3.3 PRÁTICA PEDAGÓGICA .....	45
3.4 SOBRE O ESPORTE .....	48
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52
<b>APÊNDICES</b> .....	56

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições que o esporte apresenta no contexto da formação de crianças e adolescentes inseridos no projeto social Associação desportiva esperança no futuro (ADEF), identificando o esporte enquanto fenômeno cultural e como direito social.

O interesse em estudar o esporte, parte das vivências com o fenômeno, no que diz respeito às aulas e oficinas ministradas, como também sendo ouvinte em palestras, cursos e formação complementares, que a minha trajetória acadêmica proporcionou, através dos estágios supervisionados, nos programas de incentivo à formação de professores como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica, os quais fui bolsista pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e demais disciplinas ofertadas pelo Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o qual contribuiu de forma significativa e inspirou essa pesquisa.

É nesta pesquisa que busco compreender melhor a temática esporte, construindo um conhecimento que qualifique ainda mais minha formação acadêmica e profissional, e contribua para a área da Educação Física, pois cada experiência vivida na UFRPE no contexto da Educação Física me permitiu identificar o esporte como um fenômeno social que tem grande destaque na sociedade contemporânea, e que negá-lo não é o caminho certo quando queremos entendê-lo em sua plenitude.

O esporte apresenta com diversas faces e interesses, sejam eles político, econômico e social, e por isso precisamos compreendê-lo para assim, avançarmos em nossas indagações, buscando responder as diversas perguntas intrínsecas a esse universo que o esporte está inserido. Pois, o [...] o esporte é um fenômeno de ordem sociocultural, que se desenvolveu no seio das relações humanas (cultural) simultaneamente ao seu processo civilizador (social) (REVERDITO; SCAGLIA, 2009, p. 35).

Entender o Esporte enquanto fenômeno sociocultural significa superar o discurso hegemônico acerca do Esporte que tem se desenvolvido nas últimas

décadas, o qual supervaloriza apenas o conjunto de habilidades e capacidades físicas. Segundo Reverdito; Scaglia(2009),

Quando reconhecemos o esporte como um fenômeno de ordem sociocultural, estamos dizendo que ele é uma resultante de relações, interações e manifestações intrínsecas (desejo, fantasia, simbolismo etc.) do ser humano-atividade humana-estabelecidas e transformadas ao longo de sua existência (REVERDITO; SCAGLIA, 2009, p. 36).

Desse modo, temos concordância com os autores supracitados, compreendendo o esporte como processo pedagógico, não simplesmente envolvido, mas comprometido com o ensinar, com o formar e com a prática educativa, e nesse contexto, diante das possibilidades que o esporte apresenta, inúmeros projetos sociais esportivos promovidos por órgãos públicos, instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs), aumentou significativamente em todo o país ganhando visibilidade na mídia e na sociedade.

Além disso, a própria sociedade tem reconhecido ser esta prática, o esporte, uma necessidade que tem se constituído no campo do direito social, garantido na constituição brasileira, e que contraditoriamente não sabe como reivindicar o acesso a esta prática social.

De acordo com Nogueira et al. (2005), as primeiras experiências brasileiras na área de projetos sociais esportivos datam desde os anos de 1920, mas foi nos anos 1980, onde projetos sociais esportivos tiveram um crescimento significativo e começaram de fato a ter destaque na agenda social do país, sendo naquele dado momento apenas intervenções pontuais, feitas em sua maioria, por iniciativas filantrópicas de empresas ou organizações sociais existentes na época. Nesse mesmo período, pode-se constatar que atividades sociais esportivas não eram tratadas como prioridade dentro do poder público (ZALUAR, 2004).

Este crescimento, segundo Zaluar (2004) é decorrente do fracasso da política educacional, aumento da crise econômica e da criminalidade principalmente entre os jovens. Estes projetos foram criados para crianças e jovens carentes e tinham como objetivo tirá-los das ruas e complementar os processos educativos formais por meio do esporte e/ou do trabalho.

Atualmente o cenário é outro. O esporte se tornou alvo de diferentes iniciativas sociais Linhales(2001), no qual empresas privadas, através do que muitos vieram a chamar de programas de “responsabilidade social”, e as organizações não governamentais se apresentam como parceiros na promoção de ações esportivas, e que se desenvolvem de maneira dispersa na sociedade, sem haver uma articulação institucional e políticopedagógico que as unifique e as oriente (THOMASSIM; STIGGER, 2009).

O esporte tem sido uma grande ferramenta para auxílio no enfrentamento de problemas sociais, vividos principalmente por crianças e adolescentes de comunidades mais pobres. Segundo alguns dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO (2001), o esporte é visto como um “meio” de desenvolver comportamentos que ajudam a obter uma consciência de si e do outro na sociedade em que vivemos.

Assim, a maior parte dos projetos sociais esportivos está voltada às crianças e jovens pobres, classificados algumas vezes como em “situação de risco social” ou em “situação de vulnerabilidade social” e objetivam ocupar o tempo livre dos mesmos (GUEDES et al., 2006; BRETÂS, 2007; MELO, 2007a; 2007b; OLIVEIRA; SILVA, 2007; THOMASSIM, 2007)., cujas atividades ofertadas, buscam afastar os meninos do mundo do crime, tira-los da rua, livrá-los da violência. Estas têm sido as justificativas usadas pelos projetos sociais voltados para os jovens de diferentes comunidades.

Todos pretendem ocupá-los com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acreditam que o espaço deixado pela carência de atividades possa ser ocupado pelo crime ou pelo ócio. Segundo Thomassin e Stigger (2009), paralelamente ao aumento do número de projetos sociais esportivos, há um aumento de discursos sobre as vantagens do uso do esporte em projetos.

Além de atrair crianças e adolescentes para os mesmos, o esporte em projetos sociais é também percebido como um meio de educação. Há uma expectativa de que, através de vivências esportivas, crianças e adolescentes adquiram conteúdos simbólicos e comportamentos “úteis” para suas vidas, bem como vislumbrem novas perspectivas de vida (THOMASSIM, 2010).

De uma forma geral, os projetos sociais esportivos, de acordo com Thomassim (2010) têm sido analisados a partir de duas perspectivas: apologista e crítica. A perspectiva apologista entende que os mesmos seriam capazes de proporcionar benefícios sociais tais como integração social, educação, combate à violência e à criminalidade, disciplinamento, prevenção do uso de drogas, promoção da saúde e construção de um futuro melhor.

Já a perspectiva crítica enfatiza possíveis aspectos negativos destes projetos. Ela critica uma suposta transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Critica também a falta de capacidade dos mesmos para promoverem uma integração social efetiva, a ênfase destes projetos em promoverem uma racionalidade competitiva e não colaborativa e a tentativa de despolitizarem o acesso a direitos sociais.

Esta perspectiva também faz críticas e questionamentos dos supostos benefícios social advindos da prática esportiva que são propagados pela perspectiva apologista. Conforme Linhales (2001), a presença do esporte nas ações de governo evidencia isso, a partir dos refinados contornos utilitários do esporte para combater violência, para reduzir consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz.

Esta seria uma visão romântica de que ao praticar esporte, os problemas sociais serão resolvidos, ignorando que a desigualdade social, evidente dentro da sociedade e ponto de influência na vida dos indivíduos, envolve e transforma todos os tipos de relações políticas, econômicas, culturais, etc.

Diante das possibilidades que o esporte nos apresenta por meio de diferentes espaços e instituições, percebemos a necessidade de levantar um debate sobre as contribuições do esporte na formação de crianças e adolescentes, tendo em vista que esse fenômeno tem grande destaque na sociedade, com tudo, pesquisando na cidade do Recife/PE, tivemos a oportunidade de conhecer o projeto social ADEF- Associação desportiva esperança no futuro, localizado no bairro de Santo Amaro, onde tornamos nosso campo de estudo.

Nessa perspectiva, a questão problema norteadora deste estudo é a seguinte: Quais as contribuições que o esporte apresenta na formação de crianças e jovens, no contexto de projetos sociais?

Sendo assim, no capítulo um iremos discutir esse fenômeno enquanto direito social, em que a carta Magna de 1988 é o ponto de partida da nossa discussão, pois entendemos que foi a partir desse período histórico que o esporte foi reconhecido e implementado como dever do Estado e direito para todos os cidadãos, bem como serão discutidas questões referentes ao desenvolvimento educativo de crianças e adolescentes, por meio do esporte, levantando um debate sobre a influência da prática pedagógica do professor de Educação Física nesse processo.

No segundo capítulo, apresentamos o caminho percorrido para elaborarmos esse trabalho, contendo a abordagem da pesquisa, o instrumento utilizado para coletar os dados, e a técnica de análise dos dados.

No terceiro capítulo, está às análises e discussões sobre a entrevista com o professor de Educação Física e responsável pelo ADEF- (Associação desportiva esperança no futuro), onde nos debruçamos a identificar o fenômeno esporte na concepção do professor da (ADEF).

Por fim, nas considerações finais temos o fechamento da pesquisa e apontamentos para desdobramentos futuros, buscando aprofundamento da temática.

## **1. ESPORTE EM PROJETOS SOCIAIS: COMPREENSÃO DO FENÔMENO ENQUANTO DIREITO SOCIAL**

O presente capítulo busca trazer discussões sobre o esporte a partir de seu contexto histórico, situando sua expressão nos projetos sociais e nas Leis brasileiras específicas para o esporte, bem como o processo educativo por meio da prática pedagógica do professor de Educação Física como ponto de partida para compreender melhor a temática em questão.

### **1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ESPORTE**

O esporte pode ser entendido como atividade corporal do movimento humano, de caráter competitivo, surgido em meio à cultura europeia por volta do século XVIII (BRACHT, 2003). Surge na Inglaterra, com o intuito de fomentar o lazer para a sociedade burguesa, onde a ascensão industrial estava se desenvolvendo a largos passos, utilizando-se da mesma lógica da competição tanto o esporte Inglês quanto a industrialização aderiram à mesma filosofia, a busca pela vitória.

O esporte é fruto de um processo de racionalização da vida moderna, que transformou os passatempos e jogos desenvolvidos, até então, em práticas vinculadas à ideia de competitividade e afrontamento; ao espírito esportivo; às regras e normas universalizadas; aos gestos estandardizados e especializados; à busca de resultados mensuráveis e comparáveis; à meritocracia, expressa na figura do campeão; à produtividade e performance corporal no sentido do progresso, cuja expressão máxima é o record esportivo (STIGGER, 2002, p. 68).

Em seu trajeto histórico, o fenômeno esporte foi se desenvolvendo e passando por diversas mudanças e variadas interferências dentro dos mais variados contextos, assim, para apresentar-se ao que conhecemos na atualidade, as marcas causadas pelo desdobramento das lutas são aparentes.

O Esporte Moderno se desenvolveu em estreita relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista inglesa (BRACHT, 2003). Até o final do século XVIII, a prática esportiva era um privilégio da aristocracia na Inglaterra. Esse cenário começou a mudar com a ascensão da burguesia e a difusão do esporte em direção a outras camadas sociais.

O esporte chega ao século XIX acompanhando as transformações

políticas e sociais que tiveram início no século anterior – Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Segundo Bracht (2003), é instituído, notadamente, a partir de atividades da esfera do divertimento das classes dominantes no seu tempo livre e dos jogos populares. E se desenvolve tendo como pano de fundo o processo de modernização da sociedade que compreende, entre outros aspectos, industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre e surgimento dos sistemas nacionais de ensino.

Desse modo, as práticas corporais da “elite” foram separadas das ocasiões sociais em que os jogos populares permaneciam associados, assim como foram desprovidas das funções sociais e, depois das religiosas, ainda ligadas a vários jogos tradicionais. Devido à incompatibilidade das formas de jogos populares com as condições de vida peculiares ao novo modelo de sociedade ocorre um declínio dessas práticas que gradativamente começam a ficar fora de uso (BOURDIEU, 1983 apud BRACHT, 2003).

Segundo Bracht (2003) A transição do jogo ao esporte propriamente dito se deu nas *public schools* inglesas – escolas reservadas aos filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia. A educação nessas escolas era muito rígida, contudo, nos períodos de tempo livre, os estudantes se ocupavam cometendo atos de vandalismo, bebendo, invadindo propriedades particulares, assim como praticando jogos populares de forma violenta, como forma de resistência.

Isto provocou uma reforma educacional, sobretudo no que dizia respeito à regulamentação das atividades do tempo livre dos alunos, através de jogos que incentivavam os estudantes a organizá-los com regras e competições. Essa racionalização dos jogos durante o final do século XVIII e início do século XIX, motivada pela busca da sociedade em reduzir o uso da violência e imprimir certos valores morais em práticas de lazer, é tida como uma das possíveis interpretações da origem do Esporte Moderno.

Assim, o esporte se estabeleceu como influente representação de valores e desejos que permeiam o ideário da modernidade, entre eles, a necessidade de superação de limites, a solidificação de identidades nacionais, igualdade de oportunidades (meritocracia), especialização dos papéis, organização burocrática, racionalização, quantificação e busca do



*record* (GUTTMANN, 1979 apud BRACHT, 2003).

Parte da legitimidade social do esporte está atrelada ao fato dele atualizar valores/normas de comportamento e princípios importantes para essa nova ordem social.

Se no início o esporte era entendido como um privilégio das elites em razão das tensões sociais e do próprio contexto de construção do ideário da modernidade, com o passar do tempo, em sua nova configuração, passa a ser exposto como uma diversão “apropriada”, oferecido como uma alternativa aos antigos jogos populares “condenados” (MELO, 2010, p.113).

Conforme o autor supracitado, várias campanhas e leis foram instituídas contra os jogos populares, que eram acusados de incitar a violência e acarretar faltas ao trabalho, causando prejuízos às indústrias. Práticas esportivas regulamentadas que objetivavam manter a saúde dos trabalhadores foram estabelecidas nas fábricas, aumentando a produção e diminuindo as faltas. Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização tornou o trabalho cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo a um tempo mecânico, e distanciando as pessoas de sua própria convivência.

O Esporte Moderno propagava um ideal de fraternidade, e ao mesmo tempo, dissimulava os problemas sociais de classe e seus mecanismos de dominação, utilizando muitas vezes o esporte como aparelho ideológico do Estado, transformando o espetáculo em mecanismo de distração, desviando as pessoas de uma participação política consciente.

Nesse contexto, encarregado de buscar novos modelos para a educação na França, o pedagogo Pierre de Freddy, conhecido por Barão de Coubertin, dissemina no sistema educacional e esportivo inglês, os Jogos Olímpicos da Era Moderna em Atenas em 1896. O advento do olimpismo fixou o amadorismo como uma das bases do esporte, sendo também uma defesa contra o ingresso popular na sua prática, uma forma de distinção social. Ou seja, o esporte não era para todos.

O reinício do movimento olímpico consolidou o esporte e ainda trouxe o segundo suporte da ética esportiva: o *Fair-play*. Conforme Tubino (2010), conceito de *Fair-play* pressupõe uma formação ética e moral daquele que

prática e se relaciona com os outros atletas na competição, e também o não uso de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes.

Organizar os Jogos Olímpicos por representações nacionais ainda demandou a criação de uma instituição capaz tanto de normatizar a participação de atletas como de eleger as modalidades disputadas – muitas recém-criadas e sem um corpo de regras universalizadas. Para tanto, foi criado um comitê com representantes de vários países para organizar os Jogos, dando origem ao Comitê Olímpico Internacional (COI).

Conforme Rubio (2002), Coubertin “asseverava que o movimento olímpico e o (COI) eram instituições apolíticas e independentes que visavam promover o esporte pelo mundo”. Todavia, a restauração dos Jogos Olímpicos criou a ideia de representação nacional e com o passar dos anos gerou um sentimento patriótico nos atletas e na população dos países participantes.

Esta visão olímpica prevaleceu até meados de 1930. Os Jogos Olímpicos de Berlim (1936) marcam o início de seu rompimento, quando Adolf Hitler tentou usar os Jogos para mostrar uma “suposta” superioridade ariana (TUBINO, 2010). O campo esportivo passou a dividir seu sentido original de divertimento com as noções de trabalho e de negócios. Verifica-se um processo de “esportivização” da sociedade, assim como o inverso também é observado: “O esporte passa a servir como fórum de dramatização dos conflitos de ordem política, social, econômica, cultural” (MELO, 2010,p.112).

Assim, os Jogos Olímpicos deixaram de representar apenas a confraternização entre os povos ou a busca de um melhor desenvolvimento humano, passando a conceber também a disputa de interesses políticos e econômicos de Estados e corporações.

Melo (2010), ao dissertar sobre o percurso do esporte no século XX, ressalta que:

Conceitualmente, observa-se um exponencial das dimensões do momento anterior: o caráter de diversão torna-se mais notável com a massificação da prática, a diversificação de interesses e a lógica comercial cada vez mais empurrarão a dimensão moral para o âmbito dos discursos. O caráter de competição e de superação de resultados se imporá,

dialogando claramente tanto com o internacionalismo que marca o segundo momento da Revolução Industrial quanto com as necessidades de construção de identidades nacionais. Pode-se dizer que a nova moral que se gesta de alguma forma se desloca dos indivíduos para os coletivos. Nesse cenário, paulatinamente a ideia de que se trata de uma prática de amadores será substituída pela de profissionalização: de atletas, dirigentes e de muitos outros profissionais que progressivamente atuarão no campo, um claro processo de especialização(p.114).

Nesse cenário, inicia-se a transição formal do amadorismo para o profissionalismo nos Jogos Olímpicos, o esporte que antes baseava-se pela disputa político-ideológica, passa a se orientar no sentido da disputa mercadológica entre marcas e fornecedores, que financiavam o espetáculo e direcionavam seu sentido. O processo de mercantilização do esporte transformou o (COI) e as federações internacionais em grandes corporações financeiras.

De acordo com Sigoli e De Rose (2004), o esporte foi utilizado com finalidades e interesses diversos,

A instrumentalização do esporte seguiu uma tendência paralela ao desenvolvimento histórico da sociedade mundial. Foi utilizado pela burguesia como elemento disciplinador, higienista e alienador no berço da Revolução Industrial, procedente do capitalismo. Foi usado como ferramenta de propaganda dos Estados, inflamando valores nacionalistas e até raciais, como no caso da Alemanha nazista. Também serviu de instrumento de intimidação política, estratégica e ideológica durante a Guerra Fria, quando o mundo se encontrava dividido em dois blocos políticos antagonistas. Finalmente foi incorporado ao mercado mundial seguindo as tendências neoliberais da globalização (p.118-119).

Embora manifestações de profissionalismo e investimentos externos já fossem notados, segundo Marques (2007), esse movimento se intensifica e o esporte toma proporções de produto a ser consumido em diferentes campos da sociedade. É nesse aspecto que reside a principal transformação do Esporte Moderno no esporte que consumimos na atualidade.

O Esporte Contemporâneo se caracteriza como um fenômeno heterogêneo ligado ao mercado, no qual suas práticas, sejam voltadas ao lazer, à educação formal ou ao alto rendimento, acabam sendo associadas à circulação de capital ou sofrendo influência cultural de um modelo

hegemônico. Nesse processo os meios de comunicação cumprem um relevante papel, o de divulgar e expandir os conceitos, costumes, símbolos, valores e produtos do esporte (MARQUES, 2007, p. 122).

No esporte do Século XX, portanto, foram identificados vários problemas geradores de importantes críticas que culminaram em uma revisão conceitual que visava à busca de uma compreensão mais ampla do esporte como fenômeno social e cultural, assim como romper com a perspectiva única do alto rendimento.

Pode-se dizer que o esporte contemporâneo é herdeiro do Esporte Moderno com respeito a sua identidade como campo social, por outro lado, tenta ser autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus signos, símbolos e objetivos.

Essa institucionalização de sentidos diferentes de práticas esportivas que transcendem a hegemonia do alto rendimento, apresentando como alternativas, práticas ligadas a ideais de promoção da saúde, valores educacionais e inclusão social é uma das suas características mais importantes.

Associadas à tendência de expansão do Esporte Contemporâneo (EC), observam-se duas ações: a tentativa de massificação e a de democratização do esporte. A questão da democratização deve ser compreendida em sua ambiguidade, visto que a massificação não implica necessariamente sua democratização. Com a massificação, o esporte é oferecido às pessoas mais como espetáculo para consumo. A democratização nasce a partir da preocupação em disponibilizar a prática esportiva para a maior quantidade de pessoas possível, seja por meio de políticas públicas, seja por ações privadas.

De acordo com Tubino (2010), o mapa esportivo negativo do período histórico do uso político-ideológico do esporte originou reações importantes que aos poucos foram instituindo as bases do Esporte Contemporâneo (EC). Entre elas, os Manifestos das organizações internacionais, a adesão da intelectualidade internacional às questões do esporte e a criação do Movimento “Esporte para Todos”.

Os Manifestos dos organismos internacionais expressaram uma reação aos exageros do esporte de alto rendimento e foram essenciais nas

reflexões acerca do sentido que as competições esportivas estavam assumindo.

O Manifesto Mundial do Esporte divulgado pelo *Conseil Internationale d'Education Physique et Sport* CIEPS conceituou e dividiu o esporte em três grandes áreas: esporte na escola, esporte escolar, esporte educacional ou esporte- educação; esporte participação, esporte de lazer ou esporte de tempo livre; e esporte de alto rendimento, esporte de alta competição ou esporte-performance.

A novidade foram os dois primeiros itens. Porém, nesse documento atribui-se ao esporte escolar o papel de desenvolver o talento esportivo, vinculando-o ao esporte de alto rendimento. Essa categorização do esporte ainda perdura na maior parte do mundo, inclusive no Brasil, desde sua institucionalização pelo regime militar (BUENO,2008).

Outra questão importante assinalada por Bueno (2008) e que corrobora nossa opção pelos termos “esporte educacional e de participação” nesse trabalho é que os termos esporte educacional e esporte-educação englobam o esporte como instrumento de educação aplicados por governos e ONGs como forma de atender crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que estejam fora da escola ou em escolas sem estrutura para a prática esportiva.

As políticas esportivas do *Welfare State*-(Estado de bem-estar)em alguns países europeus nas décadas de 1960 e 1970 tiveram como finalidade ampliar a prática do esporte para a maioria da população. Campanhas impulsionaram o surgimento de um movimento conhecido por Esporte para Todos (EPT), que posteriormente foi difundido pela (UNESCO) para outros países por meio da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, em 1978 (BRACHT, 2003). O (EPT) é conceituado, conforme Tubino (2010), comosendo:

Um movimento esportivo que defende e promove acesso às atividades físicas para todas as pessoas. Nesse Movimento, o esporte não deve ser considerado um privilégio para aqueles que se apresentam com talento esportivo ou biótipos adequados para as práticas esportivas. Nasceu na Noruega com o nome de “TRIMM”, com Hauge-Moe. Teve grande aceitação inicialmente na então Alemanha Ocidental, Noruega, Bélgica, Suécia e Holanda (p.26).

Esse pressuposto visou romper com a perspectiva hegemônica anterior do esporte de alto rendimento. O esporte passa a ser visto também por meio de uma nova perspectiva na qual, em sua ampliada abrangência social, deve compreender todas as pessoas, independentemente da idade ou da condição física. Depois da Carta da UNESCO, como ficou conhecida, todos os documentos do esporte (Carta Olímpica, Agendas, Conclusões de Congressos, Manifestos etc.) passaram igualmente a reconhecer o direito de todos às práticas esportivas, defendendo a inclusão social no esporte (TUBINO,2010).

Segundo Linhales (2001), Nesse percurso, a prática esportiva vem ampliando sua legitimidade como uma prática social capaz de adentrar em diferentes estruturas e movimentos que compõem as sociedades contemporâneas, criando e recriando a História através dos atores envolvidos.

Se comparado com outros setores do Estado, como a saúde, a segurança pública, a educação, entre outros, o seguimento esportivo está bem abaixo na escala de privilégios, quando se trata de prioridades no estabelecimento de novas políticas públicas, onde interesses financeiros não se mostrem como grandes oportunidades.

Não buscamos aqui negar a importância dos seguimentos citados, mas sim levantar reflexões, que são pertinentes e que não possuem notoriedade nos debates sobre esporte e políticas públicas. Para Linhales(2001, p.33), o esporte moderno constitui um sistema capaz de comportar diferentes instituições e atores sociais, que se encontram, direta ou indiretamente, envolvidos com as variadas formas de consumo e de prática esportiva.

Ainda por meio de Linhales(2001), percebemos que o esporte está presente em diferentes políticas sociais, mas aparecendo na maioria das vezes, como atividade meio, para a realização de fins externos a ele próprio. Isso significa que o esporte nessa concepção deixa de contribuir de forma ampliada, pois atende a uma pequena parcela da população. Então, quando buscamos reconhecer o esporte na concepção sócio histórica, precisamos ampliar o debate buscando considerar o fenômeno como direito, permitindo o acesso a todos os cidadãos, e tendo como responsável o Estado para suprir essa demanda da população. Pois, O esporte, se concebido como um bem

cultural historicamente construído pela humanidade possui legitimidade para pretender a condição de direito social (LINHALES, 2001, p.42).

[...] a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao *direito de participar, por completo, da herança social* e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967 apud LINHALES, 2001, p.42).

Mesmo sem aprofundar a explicação no que diz respeito ao que corresponderia o mínimo, essa definição de direito social é uma possibilidade para incluir o esporte, enquanto direito social, pois podemos compreender ainda que implicitamente, a noção de coletivo, de igualdade, de cidadania.

A sociedade industrial no século XX foi um grande marco no que diz respeito não só ao avanço das tecnologias, mas principalmente na relação estabelecida entre o Trabalho/Tempo livre, desenvolvido no modo de produção denominado Capitalismo. De tal modo que, o direito ao esporte, lazer e ao bem-estar, começam a dar os primeiros passos nesse período da sociedade.

Sendo assim, o esporte vai sendo garantido enquanto direito social, sendo na Constituição Federal de 1988 o início dessa discussão, nessa longa caminhada de perdas e ganhos.

## 1.2 ESPORTE: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL 1988

Acreditando ser a Constituição Federal do Estado Brasileiro de 1988 o documento Magno e indispensável para discutir sobre políticas públicas em relação ao esporte, tentaremos ser breve, mas não menos incisivos na análise desse documento, buscando reflexões que nos ajudem a desenvolver o tema pesquisado. Pois reconhecemos a mesma como primeira legislação oficial que discute o esporte como direito socialmente adquirido, assim o texto busca expressar em seu discurso, o direito assegurado ao cidadão brasileiro e dever do estado, encontrado no Título VIII – da Ordem social, no Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto o art. 217.

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar que a citação da Constituição brasileira de 1988, não nega as contribuições das anteriores, mas tem grande espaço no debate por permitir ressaltar o contexto histórico do momento em que se desenvolve, onde o Estado brasileiro buscava agora promover o desenvolvimento nacional por meio da Cultura, e Educação.

As manifestações culturais e as práticas esportivas, direcionadas à população em geral, foram densamente incentivadas, construindo-se áreas de lazer para as atividades esportivas e também estimulando-se as manifestações teatrais e cinematográficas (SILVA e SILVA, 2015, p. 75).

Diferentemente dos textos Constitucionais anteriores, que tinham como foco apenas fiscalizar, disciplinar, e elaborar políticas públicas pensada por um grupo seleto de legisladores, já na Constituição de 1988, o Estado passa a ter uma posição de garantir o esporte, segundo (SILVA e SILVA, 2015, p.75), com uma diversificada e constante forma de atuação no cotidiano dos cidadãos brasileiros.

Desse modo, esta legislação em questão, sob o olhar de uma época que se destaca, e se aproxima em diversos aspectos em relação ao esporte que conhecemos hoje, assim ela serve como base para discussões e reflexões na tentativa de conhecer/reconhecer esse fenômeno.

### 1.3 AVANÇOS DO ESPORTE POR MEIO DA LEI Nº 8.672/93: “LEI ZICO”

Sobre um momento bastante delicado da situação, política, social e econômica do Brasil, a Lei nº 8.672/93 conhecida como “Lei Zico” foi implementada nesse período. Conforme, Silva e Silva, 2015, p. 76.) esta Lei foi implementada no governo de Itamar Franco, período esse de grande turbulência vivido pelo Brasil, em que o país sofria bastante, com os graves problemas sociais como recessão prolongada, a inflação aguda e crônica, os



altos índices de desemprego, os escândalos de corrupção, que resultaram no impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

Em meio a tantos problemas evidenciados acima, é possível reconhecer os avanços sobre que o esporte apontou enquanto direito, seguindo no capítulo II- dos princípios fundamentais temos:

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:

I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;

III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;

IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;

V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;

XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa (BRASIL, 1993).

Identificamos de forma clara a ampliação do entendimento sobre o esporte enquanto direito individual, que oportuniza aos cidadãos brasileiros, o desenvolvimento integral, como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional como diz o VIII-princípio desse Artigo 2º.

No que diz respeito às normas gerais do desporto, identificamos na referida Lei, as explicações para o entendimento dessa ampliação, percebe-se como discorre o texto a seguir, para prosseguimento com a discussão no capítulo I- das disposições iniciais:

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.  
§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes (BRASIL, 1993).

No tocante da implementação, a “Lei Zico” marca um notório desenvolvimento da concepção de esporte, pois amplia o caráter que antes tinha por base atividade física apenas, com um cunho de alto rendimento e competitividade exacerbada, para uma perspectiva ampliada, onde a atividade intelectual é reconhecida com parte integrante e indissociável, que também compreende práticas formais e não formais, atingindo uma maior parcela da sociedade brasileira. Como percebemos no trecho abaixo do capítulo III- da conceituação e das finalidades do desporto:

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (BRASIL, 1993).

Com a preocupação que esta Lei demonstra em seu texto, na conceituação do esporte e suas finalidades, observamos como essa ferramenta potencializa o desenvolvimento social das pessoas, bem como a implementação de políticas públicas do esporte que buscam suprir as necessidades dos cidadãos, tendo papel fundamental no desenvolvimento de indivíduos críticos, capazes de enxergar a realidade e buscar contribuir para transformá-la.

#### 1.4 LEI Nº 9.615/ 98: “LEI PELÉ”, E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DIAS ATUAIS.

Após cinco anos, a Lei Zico foi substituída pela implementação da Lei nº 9.615/98 popularmente chamada de “Lei Pelé”, o que indica, segundo (Silva e Silva, 2015, p.78), que ao substituir os textos anteriores, busca mais que simples mudanças em termos utilizados para explicar o esporte, mas consolida o esporte no seio da sociedade brasileira.

Na Lei Zico o esporte precisava ser conceituado e definido, pois através dessa Lei que os primeiros passos foram trilhados na busca de tornar o esporte um direito, já com a implementação da Lei “Pelé” o cenário do esporte é mais favorável para firmar raízes e se estabelecer enquanto direito social, pois o novo texto trata o esporte como “natureza constituidora”, avançando nos princípios de descentralização e de liberalização, onde com o fim do passe e a migração do modelo que até então era de (associação), e passa a ser agora de (sociedade), mais conhecido como clube-empresa. Que estava atrelado a lógica Liberal de render lucros aos clubes.

Podemos observar ainda, que ao ser implementada a “Lei Pelé”, podemos identificar um avanço considerável no que diz respeito à concepção de esporte, pois o texto que discorre a “Lei Zico” tinha o esporte como qualquer atividade física e intelectual, reduzindo o alcance de atores participantes desse processo.

Demarco ainda a concepção de esporte, que na legislação nº 8.672 era limitado a qualquer atividade física e intelectual e que, a partir da lei 9.615, passa a ser referido como toda manifestação que seja concebida como educacional, de participação ou ainda de rendimento, o que expande ainda mais a noção de esporte, abrangendo um número maior de

atividades e de sujeitos passíveis de serem definidos (SILVA e SILVA;2015 p.78).

Vale ressaltar aqui, os desdobramentos que a política do esporte teve no que corresponde ao período do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde temos no ano de 1995 a implementação da Medida Provisória (MP) nº813 de 01/01/1995 que cria o Ministério Extraordinário do Esporte, para atuar em conjunto com o Ministério da Educação e do Desporto – (MED), tendo como Ministro o cidadão Edson Arantes do Nascimento (Pelé), figura bastante conhecida no esporte, mais precisamente no futebol, onde se destacou como atleta, que agora estava a cargo de ajudar o esporte no seu desenvolvimento por meio de propostas em forma de Leis, que serviriam para ampliar o desenvolvimento do esporte. Nesse mesmo Governo, destacamos o Plano Plurianual de 1996-1999, que estabeleceu prioridades bem mais amplas e democráticas, mais próximas ao esporte de participação.

a) Difusão da prática de atividades esportivas; b) viabilização de novas fontes internas e externas de recursos para o desenvolvimento do desporto; c) promoção de iniciativas que permitam a integração da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso em práticas desportivas; d) incentivo ao associativismo desportivo comunitário; e) apoio a programas de capacitação de recursos humanos na área; f) implantação de política de esporte que privilegie seu caráter educativo, tanto na escola como fora dela (BRASIL, 1996).

Percebemos nesse recorte histórico que apesar das contribuições para o esporte, a concepção de criar um esporte no Governo de (FHC) voltado para a participação e benefício da população brasileira começa a dar pequenos passos, e de certa forma vislumbrar novos rumos para além do alto rendimento, não se dá de maneira linear e acabada, mas possibilita avanços no desenvolvimento de uma nova visão de esporte para a época em questão.

Com isso, entendemos que esses primeiros passos que o esporte deu rumo a sua consolidação enquanto direito social no Brasil, vem conseguindo conquistar um papel de destaque rumo ao processo de desenvolvimento integral da sociedade, permitindo que os indivíduos conheçam/reconheçam

seus direitos, e busquem lutar para que o Estado oferte de forma efetiva o esporte a qual a constituição brasileira e suas leis definem.

No entanto, no ano de 2000 ocorrem severas modificações na Lei Pelé, anulando vários artigos, mudando até a natureza jurídica dos clubes, que iriam se tornar obrigatoriamente “clube-empresa”, e a questão do “passe livre”, que segundo (BRASIL, 2000B) Não revogou o “fim do passe”, mas colocou condição de ressarcimento aos clubes, por meio de multa rescisória de contrato de até 100 vezes o valor do salário anual, com dispositivo de redução percentual anual. Tudo isso só foi possível com a implementação da Lei n.º 9.981/2000 – Lei Maguito Vilela, organizada pela bancada da bola.

Dando continuidade aos processos de transformação que as Leis do esporte passaram, já em 2003 com o então eleito Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), o país almeja uma nova perspectiva para o esporte, onde as frentes progressistas que discutiam esportes já não suportavam mais viver os retrocessos que até então regiam o esporte, com a criação do Ministério do Esporte (ME), em 2003, pela Medida Provisória nº 103, de acordo com Bueno (2008), “pela primeira vez na história republicana, foi destinada pasta ministerial própria ao esporte, sinalizando a importância que o novo governo estava dedicando a esta área”.

Em 2004, uma das primeiras ações do (ME) foi criar a 1ª Conferência Nacional do Esporte, que tinha como uma de suas funções anunciar a missão do (ME), buscando consolidar o esporte enquanto Direito. Formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL/ME, 2004).

Buscando mostrar quais são as suas intenções para o esporte o novo ME tenta disseminar o esporte enquanto Direito do cidadão e dever do Estado, criando em 2005 a Política Nacional do Esporte, mostrando quais rumos o (ME) tinha preparado para o esporte, definindo as suas metas, veja a seguir em BRASIL/ME (2005):

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira,

- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente;
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer;
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos;
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paratletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (BRASIL/ME, 2005).

Esse Governo ainda é marcado pelo grande investimento destinado para projetos sociais, onde um grande número estava relacionado com o esporte, e de certa forma ajudou a desenvolver um olhar para esse fenômeno sociocultural, que até então não aparecia no papel, e de certa forma ainda tímido.

Os primeiros Programas Sociais da Pasta – “Segundo Tempo” e “Esporte e Lazer da Cidade” – assim como a realização de três Conferências Nacionais do Esporte – Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, em 2004; Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, em 2006; e Por Um Time Chamado Brasil, em 2010 – acenavam para a ansiada democratização nos processos e na definição das políticas públicas de esporte no Brasil (MOTA, 2015, p. 36).

Compreendemos assim, que a busca pela consolidação do esporte enquanto Direito social, no Governo LULA, passa por muitos caminhos na tentativa de contribuir no desenvolvimento da nação brasileira, mas ainda dá passos em campo de múltiplos interesses, e que não é jogo fácil de ganhar.

Já nos dias atuais, o que percebemos é que o esporte tem perdido fôlego para se firmar enquanto Direito social, onde o atual Governo brasileiro presidido pelo senhor Jair Messias Bolsonaro, não tem mostrado interesses em tratar o esporte de forma efetiva e que contribua para o desenvolvimento dos cidadãos desse país.

Na sua gestão, o Ministério do Esporte foi extinto, deixando para trás um legado de contribuições de grande valor para a população, onde uma pasta de extrema importância e que tinha ajudado a desenvolver o esporte que conhecemos hoje, perdeu espaço. Não pretendemos aqui negar os problemas que o esporte tem, desde muito tempo, mas precisamos analisar os desdobramentos das decisões tomadas pelo atual Governo, e qual perspectiva ele tem para desenvolver esse fenômeno.

Segundo o site oficial da Secretaria Especial do Esporte, em janeiro de 2019, com o início do governo Jair Bolsonaro, o Ministério do Esporte foi transformado em Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do novo Ministério da Cidadania. Nomeando o senhor Marco Aurélio Costa Vieira para o cargo de secretário especial do Esporte, onde foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União no dia 15 de janeiro. Com a extinção do ME, ocorre um grande retrocesso na História, onde a luta por um esporte que buscava se consolidar como Direito social, perde força.

Nas palavras do Secretário, encontradas no site oficial temos a seguinte questão: “Minha principal missão é materializar e potencializar o que foi realizado até hoje em políticas públicas. Vou trabalhar para aprimorar o esporte como expressão da identidade nacional e como forma de inclusão social de todos os brasileiros”, afirmou o secretário.

O que podemos observar é uma confusão no que diz respeito a como as políticas públicas do esporte estão sendo tratadas, pois apesar de ter um discurso promissor, o Secretário não consegue desenvolver suas ideias, pois principalmente com cortes de recursos financeiros para diversos programas e projetos sociais nesse Governo, tem afetado diretamente o desenvolvimento do esporte.

Toda essa discussão vai trazer grandes impactos no desenvolvimento social dos brasileiros, que tem o esporte como meio educativo e que dependem diretamente desse fenômeno para a construção da sua identidade cultural. Já no próximo tópico observamos algumas contribuições que o esporte pode ofertar nesse processo educativo.

## 1.5 DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO POR MEIO DO ESPORTE EM PROJETOS SOCIAIS.

Reconhecer o esporte no âmbito educacional é ampliar a visão de que existem espaços sociais complementares a escola, onde possuem características próprias e contribuem de forma significativa no desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens. A depender da intencionalidade, o esporte pode ser um agente de desenvolvimento educativo, pois traz em sua essência elementos como: a inclusão, socialização, cooperação entre as pessoas e etc.

Segundo Tubino (2006) apud Gaya (2008), com base no documento das Nações Unidas, o esporte oferece possibilidades que se consolidam em práticas como a comunicação, cooperação, respeito pelas regras, resolução de conflitos, entendimento (compreensão), conexão com outras pessoas, liderança, valor do esforço, respeito com o outro, como vencer, como perder, como administrar a competição, fair play, autoestima, responsabilidade, honestidade, trabalho em equipe, disciplina e confiança.

Nessa perspectiva trataremos do *esporte educacional*, que é utilizado em pelo menos três sentidos diferentes: como um conceito teórico, como termo técnico da política pública e como uma denominação de um tipo específico de intervenção pedagógica. Pois acreditamos que por meio dessa base teórica conseguiremos entender melhor esse fenômeno. Segundo González et.al (2014), esse esporte educacional como conceito teórico é duplamente ambíguo:

- *Esporte educacional como conceito teórico*: Primeiro porque o adjetivo educacional deixa brechas para interpretações a cerca de outras manifestações esportivas, que não carregam em sua estrutura esse adjetivo, mas que ao entender a educação no sentido ampliado, percebemos que não há prática social desprovida de sentido e significado. Segundo pelo fato de não podermos atribuir características específicas a práticas esportivas, tendo em vista que o esporte por si só não é educativo, mas se torna educativo por meio dos agentes e seus objetivos por eles propostos.
- *Como termo técnico da política pública*: Segundo essa perspectiva, foi importante definir um tipo específico de intervenção do Estado no espaço social a qual o esporte estava inserido, assim entendendo que no universo sociopolítico em que o esporte de alto rendimento



era protagonista, era preciso reconhecer que outras possibilidades existem e tem grande valor por meio dessa prática social.

- *Como uma denominação de um tipo específico de intervenção pedagógica:* Os objetivos e intencionalidades serão o fator principal para converter o processo de ensino-aprendizagem de uma modalidade específica em uma experiência de esporte educacional, sendo mediadas para que isso ocorra de modo efetivo.

Partindo desse entendimento, o foco é discutir o esporte educacional em “dois” sentidos, primeiro: *como termo técnico da política pública*; sendo assim, o esporte educacional segundo esse sentido está baseado na especificidade das políticas públicas e seus destinatários, que são organizados e separados em pequenos grupos da sociedade, e que se enquadram no “público alvo” para participar de programas sociais do Estado.

Dessa nomenclatura técnica/legislativa, surge a possibilidade de usar o termo esporte educacional para conotar formas particulares de intervenção no campo em que se organiza e propõe a oferta de experiências esportivas patrocinada pelo Estado (MARINHO, 2014)

Tendo em vista que a Constituição Federal brasileira assegura direitos para “todos” os cidadãos deste país, identificamos através da colocação anterior que o fator decisivo no acesso a políticas públicas é a condição socioeconômica, em muitos casos atingindo uma parcela da sociedade. A compreensão deste quadro exige reconhecer que, na sociedade brasileira, a desigualdade socioeconômica exerce ainda tensões decisivas no acesso às políticas (FONSECA et al. 2009).

O que percebemos é que o Estado tem um foco maior em ofertar o esporte como política assistencialista, sempre com um discurso de manutenção da saúde, combate às drogas e violência, reduzindo com esse discurso, os impactos positivos que o esporte poderia trazer se estivesse sendo trabalhado como direito social.

Essa realidade está evidente no estudo de Thomassim (2013), em que ele trata na sua pesquisa etnográfica, que na perspectiva de destinar vagas em projetos sociais para crianças e adolescentes com um olhar para os

vulneráveis socialmente, ainda sim existe uma classificação para garantir a participação e escolha de uma criança.

Podemos observar em uma das entrevistas de Thomassim(2013) o que acontece, na fala de um agente do projeto:

Alguns diziam sentir-se como se estivessem sugerindo “àquela mãe que expusesse seu filho ou filha a alguma outra situação de violação de direitos”, já que apenas a ausência de trabalho e renda era insuficiente para que tivessem a vaga(THOMASSIN 2013, p. 369).

Na realidade apresentada, percebemos uma seleção dentro do próprio grupo tido como vulnerável socialmente, reforçando de certa forma que apesar de oferecer o esporte de forma assistencialista, o que ocorre é que em muitos casos o Estado faz a escolha de participantes para os projetos sociais, segregando ainda mais essa parcela da população, atendendo uma quantidade bem inferior a sua capacidade total.

Percebemos ainda, que na ausência de ações efetivas do Estado, a sociedade civil se organiza por meio de projetos sociais, Ong`s, dentre outras organizações, que tomam para si a responsabilidade tentando sanar um problema que é dever do próprio Estado, mas que prefere ficar omissa.

O segundo é: *como uma denominação de um tipo específico de intervenção pedagógica*; onde a intencionalidade de que trata o esporte, está diretamente ligada com a concepção de formação humana, e as intencionalidades pedagógicas dos professores envolvidos, onde representam um ato político carregado de sentidos e significados.

[...] o esporte em si, o esporte nele mesmo, não é necessariamente educativo. É preciso uma intervenção pedagógica para transformá-lo em educativo, o máximo que se pode dizer é que o esporte tem um enorme potencial para ser utilizado de forma educativa, dependendo das formas de intervenção dos profissionais que ensinam esporte. Ou seja, estar inserido em programa de esportes, praticando esportes, não quer dizer que você está aprendendo esporte educacional (DARIDO 2012, p. 37).

O que temos visto nos estudos é que os projetos sociais que buscam a perspectiva assistencialista, não estão preocupados com o ato educativo como princípio, mas sim, como fator secundário, deixando de contribuir de forma

significativa na formação de crianças e jovens que estão sedentos por desenvolvimento para exercer de forma plena a sua cidadania.

E ainda sobre esse olhar entorno do esporte educacional, precisamos reconhecer a discussão em relação ao tipo de formação adquirida pelos alunos de projetos sociais esportivos, a partir da intencionalidade da prática pedagógica do professor, levantamos assim, um debate reconhecendo que em linhas gerais, o ensino do esporte (DARIDO, 2012) está pautado em duas visões: a *tradicional* e a *Interacionista*.

Na visão tradicional, a metodologia que dificulta a aprendizagem dos alunos, e que tornam os mesmos em simples reprodutores passivos, onde a criatividade não tem espaço. Em contrapartida, a *metodologia interacionista*, que coloca o aluno em situação de protagonista, por meio da experiência do jogo, sendo ele capaz de criar e recriar oportunidades de desenvolvimento por meio da socialização e resolução de problemas, presentes no jogo.

Nessa perspectiva, tão importante quanto ter uma intencionalidade educativa específica, para converter o processo de ensino-aprendizagem de uma modalidade em uma experiência de esporte educacional, é mediar o processo de forma que isso efetivamente aconteça (DARIDO 2012, p. 41).

É bem verdade que a metodologia escolhida para tratar o esporte em projetos sociais pouco servirá, se a intencionalidade dos responsáveis não estiver de acordo com o ato educativo de emancipação por meio do esporte, que está carregado de significado e que rebate diretamente na formação de sujeitos críticos e que são capazes de atuar para mudar a sua realidade e consequentemente a sociedade ao qual está inserido.

Diante das questões trabalhadas, teremos no próximo capítulo a metodologia utilizada na pesquisa e seus desdobramentos, contendo o tipo de pesquisa, abordagem, método de coleta de dados, ferramentas e estratégias.

## 2. METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa, buscando assim compreender a realidade concreta, e não apenas a aparência dos fenômenos, mas sim, buscando através de estratégias e técnicas de pesquisa, um entendimento mais profundo das questões não aparentes. Para tal, entendemos a pesquisa segundo Gil (2008):

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2008, p. 17).

Ao pesquisar buscamos respostas para as nossas indagações a cerca de um determinado tema, onde a pergunta central irá determinar quais caminhos devem ser percorrido, os atores, os ambientes, e outros tantos fatores, que antecedem a descoberta do momento tão esperado que é o resultado da pesquisa.

Utilizamos a abordagem tipo qualitativa, pois o nosso foco é compreender o fenômeno Esporte para além da sua aparência, onde não é o nosso foco dar grande atenção em relação à quantificação os dados, mas sim a compreensão e explicação da realidade social ao qual está inserido o esporte.

Para Minayo(2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda dentro dessa pesquisa utilizamos o modelo descritivo de campo, que segundo Gil (2008) têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Buscando além da descrição das características que permeiam o universo do esporte na (ADEF), ainda nos utilizamos da pesquisa de campo, para vivenciar de forma mais próxima, conhecendo e reconhecendo os atores que participaram da pesquisa e foram responsáveis para o desenvolvimento da mesma. Segundo Gil (2008). É basicamente realizada por meio da observação

direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

A metodologia escolhida se propõe a buscar respostas que ajudem a entender melhor o esporte enquanto agente educativo, olhando a realidade do projeto social ADEF, buscando a análise da realidade que se apresenta nesse contexto, por meio das contradições que faz parte desse grupo.

## 2.1 O CAMPO

O projeto social ADEF-Associação Desportiva Esperança no Futuro, está localizada no Bairro Santo Amaro na Cidade do Recife/Pernambuco. Este projeto foi criado no ano de 2018 por, professor de Educação Física, morador do bairro de Santo Amaro, que acredita na educação através do esporte, onde iniciou o projeto na busca de contribuir na vida de crianças e jovens da comunidade onde cresceu, vivendo com as dificuldades de caráter social como: violência, criminalidade, vulnerabilidade socioeconômica, falta de oportunidades, dentre outras. A fala deste professor será identificada por pela sigla PEF – Professor de Educação Física.

Com isso, busca através do esporte, contribuir na transformação social em termos de oportunizar que os participantes do projeto conheçam/reconheçam outras possibilidades para além do dia a dia deles.

O projeto funciona nos sábados das 07:00 às 12:00, em uma quadra comunitária, atendendo em torno de 50 crianças, adolescentes e jovens do sexo masculino e feminino da comunidade de Santo Amaro, sendo esse professor o responsável pelo projeto, que trabalha e recebe ajuda de um voluntário para tocar o projeto, e ajuda financeira de familiares e amigos que abraçaram a causa junto com o responsável pelo projeto.

A região onde o projeto se desenvolve está localizada na Região Político Administrativa (RPA-1) da cidade do Recife/PE, área de graves problemas sociais anteriormente citados, que afetam diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescente. Na busca de superar essa realidade, o projeto social ADEF tem contribuído de forma significativa para ajudar no processo educativo de seus alunos, onde o professor já observa mudanças positivas em aspectos como: bom comportamento nas aulas, respeito ao próximo, cooperação, dentre outros.

Sobre esse panorama que o projeto se desenvolve, crescendo dia a dia, contribuindo para a formação educativa de crianças e adolescentes, por meio do esporte, ajudando a sanar problemas de ordem social, que se repetem e que muitas vezes não são atendidas pelo Estado, ainda que seja seu dever assegurar políticas de enfrentamento dessas causas.

## 2.2 O SUJEITO DA PESQUISA

O projeto social (ADEF) possui dois profissionais responsáveis por desenvolver as atividades, sendo um professor de Educação Física que também é responsável legal do projeto e o outro é um ex-atleta de futsal. Na escolha do sujeito da pesquisa, foi levado em consideração a formação acadêmica do sujeito, pois entendemos que no contexto da nossa área de conhecimento, é o que melhor explica a prática pedagógica no contexto de esporte em projeto social. Por isso, o professor responsável pelo projeto foi escolhido e submetido ao processo de entrevista.

## 2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Utilizando a entrevista semiestruturada, como instrumento de coleta de dados, na busca por informações que não são aparentes, mas contribuem de forma significativa para o desenvolvimento da pesquisa.

Lakatos e Marconi (2003) relatam que na entrevista semiestruturada, se diferencia da estruturada, quando o entrevistador fica a vontade para progredir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário, isto consiste em uma maneira de analisar e aprofundar ainda mais sobre uma dada questão. Normalmente as perguntas são abertas e possibilitam respostas que se encaixam dentro de um diálogo informal, na necessidade de entender e se apropriar das questões relevantes, a fim de sanar as possíveis dúvidas o entrevistador questiona no momento oportuno.

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar e tratar os dados para obter as respostas, buscamos a técnica da análise de conteúdo, para subsidiar a nossa prática, dessa forma encontramos em Minayo(2001) a seguinte explicação:

Atualmente podemos destacar duas funções na aplicação da técnica. Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (MINAYO 2001, p. 74)

Ainda segundo Minayo(2001), Bardin (2006) e Souza Júnior, et. al. (2010), a análise de conteúdo pode seguir cronologicamente, algumas fases como: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

**Quadro- Roteiro didático para análise do conteúdo**

ETAPAS	INTENÇÕES	AÇÕES
1ª etapa: pré-análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Retomada do objeto e objetivos da pesquisa;</li> <li>*Escolha inicial dos documentos;</li> <li>*Construção inicial de indicadores para a análise: definição de unidades de registro - palavras-chave ou frases; e de unidade de contexto - delimitação do contexto (se necessário);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Leitura flutuante: primeiro contato com os textos, captando o conteúdo genericamente, sem maiores preocupações técnicas</li> <li>*Constituição do corpus: seguir normas de validade:               <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Exaustividade - dar conta do roteiro;</li> <li>2- Representatividade - dar conta do universo pretendido;</li> <li>3- Homogeneidade - coerência interna de temas, técnicas e interlocutores;</li> <li>4- Pertinência - adequação ao objeto e objetivos do estudo.</li> </ol> </li> </ul>
2ª etapa: Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores - recortes do texto e categorização;</li> <li>*Preparação e exploração do material - alinhamento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Desmembramento do texto em unidades/categorias - inventário (isolamento dos elementos);</li> <li>*Reagrupamento por categorias para análise posterior - classificação (organização das mensagens a partir dos elementos repartidos)</li> </ul>
3ª etapa: Tratamento dos dados e interpretação	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Interpretações dos dados brutos (falantes);</li> <li>*Estabelecimento de quadros de resultados, pondo em relevo as informações fornecidas pelas análises;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Inferências com uma abordagem variante/qualitativa, trabalhando com significações em lugar de inferências estatísticas.</li> </ul>

**Fonte:** Souza Júnior, Melo e Santiago. Revista Movimento Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro de 2010.

### 3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O que foi tratado até o momento, nos mostra a importância do esporte enquanto fenômeno social, que tem grande contribuição na formação educativa de crianças e adolescentes, onde, se for trabalhado de forma que a intenção pedagógica do professor de Educação Física seja mediar e oportunizar o acesso, dando sentido e significado a prática esportiva independente da modalidade, e que como consequência do ensino desse esporte educacional, acarrete uma mudança significativa na vida dos alunos.

Assim, destacamos que na perspectiva de entender o esporte enquanto fenômeno de ordem sociocultural, que está diretamente ligado ao jogo das relações sociais, e que de certa maneira se desenvolve ao longo história da humanidade fazendo parte nesse processo ao qual identificamos na atualidade.

Segundo o contexto descrito, buscamos através de entrevista com o professor do projeto (ADEF), compreender melhor os aspectos a seguir. A) *Dados de identificação*: Onde contém informações da instituição e ano de formação do professor, relação do professor com o esporte; B) *Sobre o Projeto social*: Características do projeto, como iniciou qual a função social; C) *Sobre a prática pedagógica*: Buscando identificar a metodologia utilizada pelo professor, quais estratégias ele utiliza; D) *Sobre o Esporte*: qual a concepção de esporte segundo o professor da (ADEF).

#### 3.1 SOBRE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR DA ADEF

Ao iniciarmos buscamos identificar qual é a relação do professor da ADEF com o esporte (Futsal), na tentativa de compreender o lugar de fala do mesmo, com o olhar atento nos relatos de experiências vivido pelo professor, que julgamos ser muito valioso para nossa pesquisa.

*Trabalho com o esporte (Futsal) antes mesmo da minha formação, fui estagiário de futsal aqui mesmo no SESC/Santo Amaro, depois que me formei fui contratado pelo SESC e trabalhei com as categorias de base, também já trabalhei com a categoria adulto, onde na época nós tínhamos a “copa povão” que foi uma iniciativa da Federação Pernambucana para tentar formar uma segunda divisão do campeonato Pernambucano, agente competiu e o prêmio era a afiliação, então agente filiou, mas no ano seguinte precisava colocar a equipe adulta no*



*campeonato Pernambucano, e ai de imediato eu já assumi a equipe no campeonato, então já tive experiências com a categoria sub20, sub17, sub15 e as escolinhas na categoria de base do SESC (PEF).*

Percebemos que o professor tem uma grande experiência atuando no ensino do esporte, mas especificamente o futsal, onde ele se relacionou com crianças, adolescentes e jovens com diversas faixas etárias e níveis de desenvolvimento cognitivo e motor. Isso contribui para que o professor qualifique sua prática pedagógica estando preocupado em atender as demandas específicas de cada grupo de alunos.

O ano de formação e a instituição que o professor se formou, indica que umas das possibilidades que o professor encontrou de se desenvolver enquanto profissional, e almejar ampliar seu entendimento sobre o fenômeno esporte, foi por meio do acesso a Universidade.

*Ano de formação doismil (2000. Primeiro semestre). Formação em Educação Física, graduado pela Escola Superior de Educação Física (ESEF/UPE), tenho curso de especialização em Metodologia e ensino do futebol/futsal pela instituição Gama Filho(PEF) .*

Identificamos que o professor mesmo tendo uma grande experiência no ensino do esporte atuando como treinador de futsal antes da sua formação acadêmica, optou por se qualificar, buscando conhecimentos científicos que os ajudaram no desenvolvimento do seu trabalho. Superando o conhecimento empírico, na busca pela qualificação da prática pedagógica, onde a formação profissional é aliada ao entendimento da necessidade de estar sempre em busca de conhecimento que ajude a entender o universo do ensino e aprendizagem do esporte,

O ato de pedagogizar o esporte deve ser entendido como uma intervenção desenvolvida dentro de um processo de ensino e aprendizagem que leve em conta o sujeito aluno, criando possibilidades para a construção desse conhecimento, inserindo-o e fazendo-o interagir com o que o aluno já sabe, ampliando-se assim, sua bagagem cultural e, por conseguinte, sua inteligência de corpo inteiro, mediada, intencionalmente, por um pedagogo do esporte. (SCAGLIA, et. al, 2014, p. 52)

O ato de buscar a qualificação profissional em nível de especialização, permiti uma análise a respeito de como o professor leva em consideração a formação continuada, que está diretamente relacionada com a prática pedagógica desenvolvida por ele, que rebate diretamente no desenvolvimento dos seus alunos do projeto (ADEF).

### 3.2 SOBRE O PROJETO SOCIAL

Seguindo na pesquisa, aqui nesse tópico estamos em busca de identificar como o projeto social ADEF se caracteriza, quais são seus agentes de participação, e qual é a função social defendida na ADEF.

*Iniciamos o projeto em Maio do ano passado (2018), e agente está até hoje com as crianças no projeto. Com relação à ADEF, eu sou nascido e criado em Santo Amaro e sempre tive uma necessidade de fazer algo pela comunidade para ajudar, porque sei de todas as limitações e todas as dificuldades que a comunidade passa então a ideia é montar um projeto algo que eu pudesse realizar e ajudar a comunidade, as pessoas que estão em vulnerabilidade social, tem um baixo poder econômico, então mostrar para eles que existem outras coisas que eles não têm acesso e que eles podem aproveitar muito e aprender muito, a ideia principal é formar o cidadão através do que eu sei e gosto de fazer que é o futsal (PEF).*

A criação do projeto ADEF, está diretamente relacionado com a perspectiva de projetos sociais na visão Crítica que Thomassim(2010) defini na sua pesquisa, onde o Estado por não ofertar o esporte para a população acaba transferindo para a sociedade civil o dever de criar projetos sociais esportivo, com a finalidade de resolver problemas sociais sejam eles de vulnerabilidade socioeconômica, violência, dentre outros.

Nesse jogo, o que se nota é a desresponsabilização do Estado no cumprimento do artigo 217 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que estabelece como direito do cidadão brasileiro o acesso ao esporte e dever do Estado em ofertar. A ADEF está na estatística como um projeto social que nasce na busca de contribuir para sanar esses problemas, onde a guerra diária está em formar cidadãos através do esporte.

A questão relacionada a proposta do ADEF para a comunidade de Santo Amaro, parte da busca de debater sobre qual é a real necessidade de criação de projetos sociais em comunidades de diversos problemas sociais já citados,

*A ideia é fazer eles enxergarem outro mundo que existe fora dos muros da comunidade. Mostrando que esse mundo que existe lá fora existe várias oportunidades que eles podem está acessando, então a ideia do projeto primeiro é dar acesso ao mundo que existe lá fora diferente desse mundo que se limita aos muros da comunidade e consequentemente fazer com que eles enxerguem e acessem essas oportunidade que existe nesse outro mundo(PEF).*

É justamente oportunizando esse acesso a outras realidades que o professor vai fazer com que os alunos da ADEF se desenvolvam enquanto cidadãos, e o esporte vai ajudar a fazer uma ponte entre essas novas vivências e oportunidades.

No materialismo histórico-dialético que compreende o homem enquanto um ser histórico e social, trazendo para nosso entendimento, que isso ocorre com as trocas que estão se desenvolvendo nas relações sociais entre pessoas, de diferentes classes sociais, tipos culturais e forma de pensar, que são diferenças extremamente necessárias para que se construa nossa humanidade, e que nos diferencia das outras espécies de animais, ainda temos:

Um pressuposto fundamental do pensamento marxista é a ideia do salto ontológico representado pelo surgimento da espécie humana. Isso significa que o homem, sem deixar de ser animal, diferencia-se dos animais de modo radical, por tratar-se, essencialmente, de um ser social (PASQUALINI, 2016, p. 44,).

Com essa explicação, identificamos qual a concepção de educação a qual o professor defende que tem a intenção de permitir aos alunos ampliarem o entendimento do esporte para além da visão que eles têm no cotidiano, que não nega que ela existe, mas mostra novos olhares sobre o fenômeno. Já nas questões que permeiam as características da comunidade que participa do projeto ADEF, são crianças a partir de seis anos até quinze, com a exceção de um aluno que tem dezessete anos, onde todos estão inseridos em uma região

que sofre com graves problemas sociais sejam eles: de vulnerabilidade econômica, alto índice de desemprego dos pais ou responsáveis, baixa orientação educacional, variados tipos de violência, problema com drogas, dentre outros.

*Temos alunos na verdade que deveria ser de oito a quinze anos, mas na verdade são de seis que irão fazer sete, até quinze e agente em um aluno de dezessete anos, esse aluno é “diferenciado” dos outros na colaboração, na preocupação em ajudar para que o projeto ande, então agente mantém ele, porque agente vê nele um potencial para ajudar, e eu vejo inclusive nele de repente no futuro, ele um colaborador do projeto e talvez seja uma oportunidade de encaminhá-lo para a Educação Física já que ele gosta de esportes e gosta de futsal, agente não pode negar o conteúdo formal digamos assim, do futsal, e a ideia é que mais na frente o projeto seja não só um projeto com o futsal, mas um projeto com outros braços, braço da educação com reforço escolar, da nutrição com os lanches e refeições, a parte cultural dança, música, teatro, então mais na frente eu enxergo a ADEF nessa estrutura, hoje por enquanto só temos o futsal, mas agente já fez um monte de ação com eles tipo: a festa das crianças do ano passado(2018), agente conseguiu bombons teve músicas, recreação, teve um torneio com medalhas, então isso pra gente foi muito importante, para que eles tenham um relacionamento maior com o projeto, tenha uma identificação tendo um sentimento de pertença, o projeto na verdade é deles, o projeto não é nosso, agente está ali trabalhando para que eles recebam tudo aquilo que na vida deles tem lacunas para preencher (PEF).*

Essa realidade está retratada no estudo de Thomassim (2010), onde grande parte dos projetos possuem um caráter assistencialista, sendo muitas vezes o único meio que essas pessoas possuem para praticar um esporte.

Sobre o funcionamento orgânico do projeto social, percebemos os limites tanto financeiro quanto humano, apontando as dificuldades encontrada quando se pretende desenvolver um trabalho desse porte, compreendemos que não depende apenas de “boa vontade”, na realidade são conjuntos entre ações e recursos que caminham lado a lado.

*A (ADEF) funciona como associação Desportiva “por enquanto, pois pretendemos ampliar para que ela tenha outros braços (reforço escolar, nutrição, Cultura-Música, Teatro)”, contribuindo para a formação de cidadãos, hoje nós conseguimos atender as crianças e adolescentes por meio do esporte(Futsal), e o projeto tem se desenvolvido (PEF).*

O que chama a atenção no discurso do professor é que mesmo o projeto atendendo essas crianças e adolescentes com uma certa dificuldade, a ADEF pretende ampliar o atendimento com oferta de outras atividades.

### 3.3 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Agora estamos em busca de conhecer a prática pedagógica do professor da ADEF, e analisar como ela se desenvolve no dia a dia do projeto, no que diz respeito ao método do professor ao aplicar as aulas de esporte, conhecer a rotina do projeto, as relações sociais estabelecidas entre aluno/professor, e professor/comunidade.

*Bom, antes de serem meus alunos, eles são meus amigos. Então a relação é de amizade de cortesia, mas existe a dificuldade no tratar com as pessoas, eles sentem algumas dificuldades, e é uma coisa que agente tem que ir mostrando para eles que precisamos resolver as coisas no diálogo, que violência não resolvem as coisas que tem que ser resolvidas, e a ideia é essa educação antes de mais nada(PEF).*

A relação afetiva entre o professor/aluno se desenvolve na medida em que o professor se mostra disponível ao diálogo, e está sempre pronto para ajudar os alunos, atuando de forma direta na formação dessas crianças e adolescentes.

É importante ressaltar que só é possível refletir sobre como o professor deve ensinar se estiverem muito claras quais são as metas, aonde se quer chegar com o aluno e com o programa esportivo. Por isso, discutir ‘questões metodológicas’ implica reconhecer o que move o professor a agir em sua prática; envolve, portanto, as suas concepções de humanidade, sociedade, [pedagógica] e de aluno (SCAGLIA, et. al 2014, p. 64).

Através da intencionalidade e dos objetivos que o professor estabelece no processo educativo, é que vai possibilitar um desenvolvimento por meio do esporte, o planejamento deve fazer parte da proposta pedagógica de todo o professor, pois já que o tempo do professor para desenvolver o projeto se restringe há um dia na semana com quatro horas de atividades.

*Bom, o projeto ele é novo, é uma ideia que há muito tempo vinha martelando na minha cabeça, e chegou um momento que eu tive que sacrificar uma parte do meu final de semana para poder realizar, porque eu trabalho os três expedientes durante a semana, então eu não tenho espaço para o projeto. Então eu iniciei nos sábados pela manhã de 08:00 as 12:00. Às vezes ocorrem parcerias em que somos convidados a participar de torneios e eventos. E as dificuldades são o número de pessoas para trabalhar, então a gente está em um esforço grande (PEF)*

Como grande parte dos projetos surgem em meio à organização de uma única pessoa, que se solidariza em ajudar a minimizar os efeitos negativos dos grandes problemas sociais já conhecidos, é importante destacar a fala do professor nas duas últimas linhas, retratando que nem sempre a ideia dos projetos sociais são apoiadas por um número grande de pessoas. Por consequência o desenvolvimento dos projetos ficam limitados.

A metodologia descrita pelo professor está coerente ao objetivo do projeto que é formar cidadãos através do esporte, E apesar de não conter todas as características da chama Metodologias Interacionista para o ensino do esporte, podemos dizer que em muito se aproxima dessa concepção de ensino do esporte.

*Com relação à questão da metodologia, agente trabalha através da ludicidade, brincadeiras, utilizando os fundamentos (PEF).*

Segundo Scaglia et al (2014, p. 70),

Nessa perspectiva, os princípios ditam que o processo de ensino do esporte educacional, especificamente os jogos coletivos, deve ser centrado na lógica complexa que aproxima as diferentes modalidades, como, por exemplo, pensar o processo a partir das competências para o jogo, a inteligência interpretativa e a tomada de decisão.

Nas dificuldades encontradas pelo professor, está a questão dos recursos humanos, pois só ele e um ex-atleta que trabalhou com ele fazem parte efetivamente do projeto, todos os outros que eventualmente participam não fazem parte do corpo de colaboradores do projeto, embora que a ajuda de amigos, familiares seja muito presente na vida do projeto.

*As dificuldades são o número de pessoas para trabalhar, então agente está em um esforço grande, eu tenho Artur que foi meu ex-atleta de futsal no Sesc, e desde que eu “postei” a questão de está trabalhando em um projeto social, ele disse que era o sonho dele trabalhar em projeto social, e perguntou pra mim se ele poderia me ajudar, então hoje somos só eu e ele, e a questão da formação de professores nós não temos porque somos só eu e ele, e Artur não tem o curso, apesar de ele ser louco para fazer o curso de Educação Física, ele não tem a formação, mas ele tem um coração que trabalha com muito amor por essas crianças. Outra dificuldade é o compromisso dos alunos com o projeto, onde a ausência e atrasos tem sido um problema recorrente(PEF).*

Conforme Thomassim (2013,p. 369),

É comum em algumas instituições que as médias de frequência de muitos casos fiquem abaixo de 50% durante diversos meses do ano. Um abandono ou afastamento definitivo da criança do projeto, no entanto, para a maioria das instituições não é consumado antes de seis meses, tempo para novos esforços junto à criança e sua família.

Ainda em seu relato o professor expõe a questão da falta de compromisso dos alunos, com horários e faltas que tem ocorrido com frequência. Sendo um assunto bastante delicado, pois esses alunos talvez não consigam se organizar sem o auxílio de um adulto responsável, e acabam

perdendo oportunidades valiosas de praticar e se desenvolver por meio do esporte.

### 3.4 SOBRE O ESPORTE

Para finalizarmos as análises e discussões que se desenvolveram ao longo dessa entrevista, esse tópico está preocupado em compreender o esporte na visão do professor da ADEF.

Defendendo o esporte que contribui para a formação social das crianças e adolescentes, o professor deixa claro que o objetivo principal do esporte no contexto de projetos sociais é a formação de cidadãos, oportunizada pelo trabalho desenvolvido nesse espaço.

*O esporte é um meio educativo, através dele nós conseguimos contribuir para a formação de cidadãos(PEF).*

No seu trabalho Leonidio (2010), disserta que o esporte educacional tem uma finalidade eminentemente educativa, compreendendo o esporte como manifestação educacional, comparando com a visão do professor percebemos grandes aproximações, que e nos ajuda a entender a percepção defendida por ele.

O projeto social ADEF na área de esportes segundo o professor é um meio pelo qual os alunos podem almejar novas oportunidades, podendo ser um meio possível para encaminhar os alunos para outros espaços que trabalhem com o esporte pelo viés formação de atleta, ainda que não seja esse o objetivo principal do projeto.

*Olha, projeto social na área de esportes, eu acho que todo projeto social ele tem um fim, em algumas das vezes o fim não é nele mesmo. Então por exemplo eu não vejo a ADEF como um projeto para formar atletas, ele tem um cunho social, mas através do futsal, do esporte. Existem outros projetos sociais que ele tem o fim nele mesmo, por exemplo: um projeto social de música, que a intenção é formar músicos. Agente não! Agente se preocupa com a vida, logicamente como falei anteriormente, caso algum aluno se destaque tenha potencial agente vai está*



*encaminhando ele para outros espaços, onde ele possa desenvolver essa condição dele (PEF).*

Os projetos sociais na sua grande maioria estão dotados de valores em suas estruturas, que ajudam a construir caráter dos seus participantes, no projeto ADEF não é diferente, os principais valores que são repassados segundo o professor são: solidariedade, respeito, amor ao próximo, amizade, espírito de equipe.

*Agente tem algumas ações que não estavam programadas, como por exemplo: agente dá aula em uma quadra aberta, e sujeita a muito lixo de toda tipo, folhas que caem de árvores, a própria comunidade que deixa papel, embalagem de biscoito. Então agente começou varrendo, para que eles vissem o que nós estávamos fazendo, e depois a gente começou a convidá-los a fazer, então isso é uma coisa que eles precisam manter, o espaço que é deles e agente desperta neles esse sentimento, que é um valor de solidariedade e zelo pelas coisas. Mas existem outros valores sabe, a amizade, o espírito de equipe, é extremamente importante, Hoje em dia o egoísmo é muito grande, e as pessoas não fazem para os outros, não se preocupam com os outros, então essa é a nossa grande preocupação, que eles se preocupem com eles próprios e com as pessoas que os rodeiam, seus familiares, sabe a questão do diálogo, do respeito e amor ao próximo, então tudo isso agente trabalha (PEF).*

Passando por todas essas discussões, podemos afirmar que avançamos no entendimento do fenômeno esporte no contexto de projetos sociais, onde reconhecemos a importância do desenvolvimento do trabalho da ADEF, e vivenciamos de perto através dessa pesquisa, como um projeto social esportivo pode contribuir para a formação dos cidadãos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo da concepção do esporte enquanto fenômeno social, defendemos a perspectiva de que o sentido e significado que o ser humano vem dando a essa prática ao longo da História, é que vai possibilitar conhecer/reconhecer como ele se desenvolveu. Para isso, nos utilizamos de um recorte histórico buscando analisar como esse fenômeno se desenvolveu, por meio de pesquisas passando por Decretos de Lei, da Constituição Brasileira de 1988, e das próprias Leis destinadas ao esporte, onde esse caminho percorrido foi trilhado de ganhos e perdas que resultaram no que conhecemos até o presente momento.

O presente trabalho está inserido nas pesquisas referentes ao fenômeno esporte em contexto de projetos sociais, buscando responder a seguinte indagação: Quais as contribuições que o esporte apresenta na formação de crianças e jovens, no contexto de projetos sociais? Então, tentando compreender tal fenômeno que a depender da sua intencionalidade tem participação no processo educativo de cidadãos e de certa forma contribuem para a formação da cidadania dos mesmos, inicio a conclusão.

É importante ressaltar aqui, que o esporte tem sido utilizado para os mais variados fins, e que um não anula o outro, deixando explícito o seu poder de maleabilidade. No que diz respeito ao esporte em projetos sociais, identificamos que embora o discurso em vários projetos seja de que o esporte contribui para a formação dos cidadãos, ao estudarmos mais de perto sobre o fenômeno, nos deparamos com uma forte tendência ao que podemos chamar de “projetos assistencialistas”, que visam dentre outros fatores, tentar minimizar os problemas sociais como: violência consome de drogas, vulnerabilidade econômica e etc..

Conseguimos analisar também que, apesar do esporte está na Constituição Federal do Brasil data em 1988, e que segue vigente até o presente momento do país, como um Direito do cidadão brasileiro, infelizmente tem sofrido perdas irreversíveis, a cada corte de verbas destinada ao investimento de políticas públicas, a corrupção e o mal gerenciamento do dinheiro público, tem prejudicado a população que sofre por não ter estrutura para se desenvolver por meio do esporte.

As Leis específicas referentes ao esporte, onde buscam atender as dimensões: educacional, de participação ou de lazer e de alto rendimento, que deveriam incentivar o desenvolvimento das pessoas por meio da prática esportiva, só se apresentam na forma de regular e incentivar o esporte de alto rendimento, onde na verdade a preocupação do Estado é deixar os clubes esportivos promoverem o espetáculo e em seguida arrecadar imposto, assim ele se isenta da responsabilidade de ofertar o esporte e ainda lucra.

Ainda está longe das políticas públicas serem levadas a sério, na verdade o que podemos observar é a tomada de responsabilidade por parte da sociedade civil, criando inúmeros projetos sociais tentando diminuir os impactos negativos causados pela ausência de efetividade do Estado em promover o acesso ao esporte. De certa forma, pactuando da ideia de que o cidadão que reconhece o seu papel na sociedade, que está disposto a “viver em um mundo melhor”, faz o esforço possível para contribuir com a mudança pelo menos da sua comunidade, e que se olharmos bem, já é um fardo grande a ser carregado quando não se tem apoio.

Contudo, essa pesquisa me oportunizou enxergar novas possibilidades de entendimento desse fenômeno da cultura corporal, onde ter investigado com um olhar mais diretivo trouxe uma qualificação ímpar para minha formação. Reconhecendo que essa pesquisa contribui como primeiras aproximações para o entendimento do esporte no contexto de projetos sociais, pretendo seguir estudando o esporte e seus desdobramentos na atualidade.

Em suma, o esporte no contexto de projetos sociais, possuem grande possibilidade de contribuir na formação educacional de crianças e adolescentes, desde que a intencionalidade do projeto e de quem desenvolve as aulas, seja de modo a buscar transformar a realidade por meio de sentidos e significados para os alunos do projeto, na busca de ampliar as oportunidades.

## REFERÊNCIAS

BRACHT, V., **Sociologia Crítica do Esporte**: uma introdução. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BRETÃS, Angela. Onde mora o perigo? Discutindo uma suposta relação entre ociosidade, pobreza e criminalidade. **Educação, esporte e lazer**. Boletim 09, junho 2007. Disponível em: <[http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2007/eel/070611\\_educacaoesporte.doc](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2007/eel/070611_educacaoesporte.doc)>. Acesso em: 03/09/2019.

BUENO, L., **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

DARIDO, S. C., **Esporte e educação**: uma relação imprescindível. In: GOELLNER, S. V.; SOARES, L. S.; CARVALHO, M. A. Á. de. (Org.). Programa Segundo Tempo: memória, experiências, avaliação e perspectivas no encontro das equipes colaboradoras. Maringá: Eduem, 2012. p. 81-106.

GUEDES, Simoni Lahud et al., **Projetos sociais esportivos**: notas de pesquisa. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XII, 2006, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 92-92. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias.pdf>>. Acesso em: 12/11/2019

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, J. F.; MOREIRA, C. E.; DARIDO, C. S., SCAGLIA, A. J., **Nas pegadas do esporte educacional**. In: MARINHO, A.; NASCIMENTO, J. V. D., et al (Ed.). Legados do Esporte Brasileiro. Florianópolis: Ed. da UDESC, v.5, 2014. p.35-43.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A., **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINHALES, M. A., **Jogos da Política, jogos do Esporte**: Subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELINO, Nelson Carvalho (organizador). - Lazer e esporte: Políticas Públicas - Campinas, SP: Autores Associados, 2001.-(Coleção Educação Física e Esporte). P.31-56

MARQUES, R. F. R., **Esporte e Qualidade de Vida**: reflexão sociológica. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MELO, V. A., **Apontamentos para uma história comparada do esporte**: um modelo heurístico Rev. bras. Educação Física e Esporte, São Paulo, v.24, n.1, p.107-20, jan./mar., 2010.

MELO, Marcelo Paula de. **Esporte social futebol clube**: contradições e dilemas em nosso tempo. Democracia Viva, n. 32, p. 54-58, jun 2007a. Especial Pan 2007. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/dv35\\_pan5.pdf](http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan5.pdf)>. Acesso em: 23/10/2019.

MELO, Marcelo de Paula. P. **O chamado terceiro setor entra em campo**: políticas públicas de esporte no governo lula e o aprofundamento do projeto neoliberal da terceira via. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-35, 2007b. Disponível em: <[http://www.lazer.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV10N02\\_a6.pdf](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV10N02_a6.pdf)>. Acesso em: 23/10/2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, A. L. C., **Organizações Empreendedoras do Terceiro Setor**: desafios para a sobrevivência no contexto do esporte educacional e de participação. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, H. G. P. TEVES, N., MATARUNA, L. e DA COSTA, L. P. **Projetos de Inclusão Social I** – História e conceitos. In: DA COSTA, L. P. (ed) Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005: 597-601.

OLIVEIRA, Patrícia Daniele Lima de. SILVA, Ana Márcia. In: SILVA, Maurício Roberto da. (Org.) **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 211-229.

PASQUALINI, J. C. **O desenvolvimento do psiquismo e o ensino escolar**. In: PASQUALINI, J.C.; TSUHAKO, Y. N. (Org.). Proposta pedagógica da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru/SP. 1ed. Bauru: Secretaria Municipal de Educação-Bauru, v. 1, 2016a, p.69-100. Disponível em: [http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/arquivos\\_site/sec\\_educacao/proposta\\_pedagogica\\_edu\\_cacao\\_infantil.pdf](http://www.bauru.sp.gov.br/arquivos2/arquivos_site/sec_educacao/proposta_pedagogica_edu_cacao_infantil.pdf). Acessado em 20 de novembro de 2019.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.. **Pedagogia do esporte**: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.

RUBIO. **Do Olimpo ao Pós-olimpismo**: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, 16(2): 130-43, jul./dez., 2002.

SCAGLIA, A. J.; REVERDITO, R. S.; GALATTI, L. R., **A contribuição da pedagogia do esporte ao ensino do esporte na escola**: tensões e reflexões metodológicas. In: MARINHO, A.; NASCIMENTO, J. V. D., et al (Ed.). Legados do Esporte Brasileiro. Florianópolis: Ed. da UDESC, v.5, 2014. p.45-86.

SIGOLI, M. A; DE ROSE JR, D. **A história do uso político do esporte**. Revista Brasileira de Ciências e Movimento. v. 12, n. 2, p.111-119, Jun. 2004.

SILVA, Rose Meri; SILVA, Méri Rosane., **O esporte como um direito: traços e tramas da constituição de uma verdade**. Revista Movimento, v.21, n. 1, p. 69-80, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/45935>. Acessado em: 5 de outubro de 2019.

SOUZA JÚNIOR, M. B. M.; MELO, M. S. T.; SANTIAGO, M. E. **Análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física Escolar**. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 31-49, jun./set. 2010.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

THOMASSIM, L. E. C. **Oferta de projetos sociais e a ação das crianças: a construção de uma experiência de infância 'público-alvo'**. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 264-380, 2013.

THOMASSIM, L. E. C., **O "público-alvo" nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos**. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2010.

THOMASSIM, L. E. C.; STIGGER, M. P., **Super-oferta de projetos sociais esportivos: superando as imagens públicas idealizadas sobre essas ações**. In: SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICA & SOCIOLOGIA UFPR 1. 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, 2009.

THOMASSIM, L. E. C., **Conflitos em torno do lazer: o sentido das práticas de responsabilidade social na contramão dos direitos sociais**. In: SILVA, Maurício Roberto da. (Org.) **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p. 257-281.

TUBINO, M. J. G., **Estudos Brasileiros sobre o Esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

ZALUAR, Alba., **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 2004.

## Internet

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Acessado em: 15 de Novembro de 2019, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. (Constituição de 1988, 09 de maio de 1996). Lei nº 9.276, de 9 De maio de 1996 – Plano Plurianual para o período de 1996/1999. Acessado em: 28 de Novembro de 2019 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9276.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9276.htm)

BRASIL. (Constituição de 1988, 14 de julho de 2000B). **Lei nº 9.981, De 14 De julho de 2000** - Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Acessado em: 20 de Novembro de 2019 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9981.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9981.htm)

BRASIL/ME. (2004). **1ª Conferência Nacional do Esporte** - Texto Básico. Brasília: Ministério do Esporte. Acessado em: 15 de Novembro de 2019, disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/textoBasico.jsp>

BRASIL/ME. (2005). **Política Nacional do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte. Acessado em: 15 de Novembro de 2019, disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>

## **APÊNDICES**

### **Apêndice nº1**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

##### **A)DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO:**

1. Você poderia me falar um pouco sobre você e sua relação com o esporte?
2. Qual o ano de formação?
3. Qual a instituição que se formou?

##### **B)SOBRE A (ADEF)**

1. Como e quando você começou a trabalhar neste projeto no ADEF?
2. Como você entende a proposta do ADEF para a comunidade de ....?
3. O que você poderia descrever sobre a comunidade atendida?
4. Como funciona o ADEF?

##### **C)SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

1. Como se dá o trabalho pedagógico no ADEF? Existem reuniões sistemáticas (o que é discutido?), formação continuada aos professores (sobre o quê?)
2. Descreva um pouco como é seu relacionamento com as crianças no ADEF?
3. Como é sua rotina no ADEF?
4. Você utiliza algum método específico para ensinar o esporte? Qual?
5. Quais suas principais dificuldades?

##### **D)SOBRE O ESPORTE**

1. Como você compreende o esporte?
2. Qual o seu entendimento sobre projeto social na área do esporte?
3. Que valores que o esporte pode desenvolver para estas crianças?



## Apêndice nº2

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Projetos sociais e esporte: Significados da prática pedagógica de Educação Física**, sob a responsabilidade do Pesquisador ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA e da Orientadora Professora Dra. ANDRÉA CARLA DE PAIVA, onde o objetivo é **analisar as contribuições que o esporte apresenta no contexto da formação de crianças e adolescentes inseridos no projeto social ADEF-Associação desportiva esperança no futuro**. Caso você deseje participar desta pesquisa, utilizaremos como procedimento uma entrevista semiestruturada. Caso não deseje participar, não haverá nenhum prejuízo para você nem para sua participação nesta pesquisa. Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o participante da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Informamos também que após o término da pesquisa, serão destruídos de todo e qualquer tipo de mídia que possa vir a identificá-lo tais como filmagens, fotos, gravações, etc., não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação agora ou futuramente. Quanto aos riscos e desconfortos, a pesquisa não oferece risco eminente à saúde, pois buscaremos ao máximo evitar constrangimentos no contato com os participantes investigados. A participação nesta investigação não traz complicações legais e seus procedimentos obedecem aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sendo que, nenhum dos procedimentos utilizados oferece risco à integridade física e moral. Para minimizar os possíveis riscos, o pesquisador se compromete em interromper imediatamente o estudo, caso seja observada qualquer característica de desconforto nos professores de Educação Física. Caso você venha a sentir algo dentro desses padrões, comunique ao pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências até que sua queixa seja resolvida. Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa são as aprendizagens dos professores e praticantes dos esportes nas aulas das diferentes modalidades. Você terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; a garantia de que em caso de algum dano a sua pessoa, os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores. Caso haja gastos adicionais, os mesmos serão absorvidos pelo pesquisador. Nos casos de dúvidas e esclarecimentos você deve procurar o pesquisador por meio dos seguintes contatos: André Luís Rodrigues da Silva, Rua Vitória, nº 151 casa b, Capibaribe, São Lourenço da Mata-PE, telefone para contato (81) 98313-2348, e-mail andrevaso20@gmail.com.

**Consentimento Livre e Esclarecido**

Eu \_\_\_\_\_, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, e meu responsável ter assinado o TCLE, concordo em participar desta pesquisa. Bem como, autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador principal

## Apêndice nº3

**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Em referência à pesquisa **Projetos sociais e esporte: Significados da prática pedagógica de Educação Física**, o Aluno de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco(UFRPE), **ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA** sob a orientação da professora **Dra. ANDRÉA CARLA DE PAIVA**, comprometem-se a manterem em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o sujeito da pesquisa, usando apenas para divulgação os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo. Comprometemo-nos também com a destruição, após o término da pesquisa, de todo e qualquer tipo de mídia que possa vir a identifica-los tais como filmagens, fotos, gravações, questionários, formulários e outros.

Recife, \_\_\_ de Novembro de 2019

---

André Luís Rodrigues Da Silva

---

Andréa Carla De Paiva

## Apêndice nº4

**CARTA DE ANUÊNCIA**

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito o pesquisador, ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA, Aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) para desenvolver sua pesquisa intitulada **Projetos sociais e esporte: Significados da prática pedagógica de Educação Física**, a serem desenvolvidos no **projeto social ADEF-Associação desportiva esperança no futuro**, sob a orientação da Professora Dra. ANDRÉA CARLA DE PAIVA.

A pesquisa tem como objetivo Geral: **Analisar as contribuições que o esporte apresenta no contexto da formação de crianças e adolescente do projeto social ADEF-Associação desportiva esperança no futuro**. Terá como metodologia a pesquisa qualitativa sendo utilizado os seguintes meios para coleta de dados: questionário e entrevista semiestruturada.

Ciente dos objetivos e das metodologias utilizadas na pesquisa acima citada concede a anuência para o seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da resolução nº 466/2012 CNS/CONEP
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa,
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente de participação dessa pesquisa,
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Recife, \_\_de Novembro de 2019.

---

**Gestor**

Apêndice nº5

### **TERMO DE CONCESSÃO**

(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Concede o uso desta instituição de ensino ao pesquisador, ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DA SILVA, Aluno do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal Rural de Pernambuco para desenvolver sua pesquisa intitulada **Projetos sociais e esporte: Significados da prática pedagógica de Educação Física**, sob orientação da professora Dra. ANDRÉA CARLA DE PAIVA.

Toda equipe deverá cumprir com as determinações, garantindo esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa e que não haverá despesas para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.

No caso do não cumprimento das garantias acima, terei a liberdade de revogar meu consentimento a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Recife, \_\_de Novembro de 2019

---

Assinatura e carimbo do responsável pelo local da pesquisa